



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

ANEXO III – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA ESTUDO

CONHECIMENTOS GERAIS:

Língua Portuguesa:

1. Modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
2. Ortografia, acentuação e pontuação.
3. Vocabulário.
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
5. Concordância nominal e concordância verbal.
6. Flexão nominal e flexão verbal.
7. Regência nominal e regência verbal.
8. Vozes do verbo.
9. Correlação de tempos e modos verbais.
10. Coordenação e subordinação.
11. Morfossintaxe.
12. Semântica.
13. Elementos estruturais e processos de formação de palavras.
14. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
15. Conhecimentos de linguística, literatura e estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
16. Redação: confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas.
17. Redação oficial: aspectos gerais, características fundamentais, padrões, emprego e concordância dos pronomes de tratamento.

Raciocínio Lógico:

1. Lógica proporcional.
2. Argumentação lógica.
3. Raciocínio sequencial.
4. Raciocínio lógico quantitativo.
5. Raciocínio lógico analítico.
6. Diagramas lógicos.
7. Análise combinatória.
8. Probabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

ANALISTA JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA:

1. Direito Administrativo:

- 1.1. Princípios do Direito Administrativo.
- 1.2. Administração Pública: conceito, princípios, finalidade, órgãos e agentes.
- 1.3. Administração Pública direta e indireta.
- 1.4. Poderes Administrativos.
- 1.5. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação, revogação e anulação; Contratos administrativos: conceito, espécies, formalização, alteração, execução.
- 1.6. Inexecução, revisão e rescisão.
- 1.7. Gestão contratual.
- 1.8. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, procedimento, sanções administrativas e penais.
- 1.9. Recursos administrativos.
- 1.10. Sistema de Registro de Preços.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- 1.11. Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação, concessão, permissão e autorização.
 - 1.12. Servidores Públicos.
 - 1.13. Regime jurídico.
 - 1.14. Organização do serviço público.
 - 1.15. Direitos, deveres e proibições do servidor público.
 - 1.16. Responsabilidade Administrativa, civil e criminal do servidor público.
 - 1.17. Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade.
 - 1.18. Controle da Administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.
 - 1.19. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público.
 - 1.20. Direito de regresso.
 - 1.21. Limitações do direito de propriedade.
 - 1.22. Intervenção do Estado na propriedade.
 - 1.23. Desapropriação por necessidade e utilidade pública.
 - 1.24. Desapropriação por interesse social.
 - 1.25. Desapropriação indireta.
 - 1.26. Retrocessão.
 - 1.27. Servidão e requisição administrativa.
 - 1.28. Processo Administrativo: processo e procedimento, princípios, fases e modalidades.
 - 1.29. Lei 8.429/1992 (Improbidade Administrativa).
- 2. Direito Constitucional:**
- 2.1. Dos Princípios Fundamentais.
 - 2.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
 - 2.3. Da Organização do Estado.
 - 2.4. Da Organização dos Poderes.
 - 2.5. Das Funções Essenciais à Justiça.
 - 2.6. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
 - 2.7. Do Sistema Tributário Nacional.
 - 2.8. Da Ordem Econômica e Financeira.
 - 2.9. Da Ordem Social.
 - 2.10. Das Disposições Constitucionais Gerais.
 - 2.11. Das Disposições Constitucionais Transitórias.
 - 2.12. Da Constituição do Estado de Pernambuco.
 - 2.13. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.
 - 2.14. Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).
 - 2.15. Lei 12.016/2009 (Mandado de Segurança).
- 3. Direito Civil:**
- 3.1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
 - 3.2. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.
 - 3.3. Conflito das leis no tempo.
 - 3.4. Eficácia das leis no espaço.
 - 3.5. Das Pessoas Naturais: Da Personalidade e Da Capacidade.
 - 3.6. Dos Direitos da Personalidade.
 - 3.7. Das Pessoas Jurídicas.
 - 3.8. Domicílio Civil.
 - 3.9. Dos Bens.
 - 3.10. Dos Fatos Jurídicos: Dos negócios jurídicos; Dos atos jurídicos lícitos, Dos Atos Ilícitos.
 - 3.11. Da Prescrição e da Decadência.
 - 3.12. Do Direito das Obrigações.
 - 3.13. Dos Contratos: Das Disposições Gerais; Da Compra e Venda; Da Prestação de Serviço; Do Mandato; Da Transação.
 - 3.14. Da Responsabilidade Civil.
 - 3.15. Do Direito das Coisas.
 - 3.16. Do Direito de Empresa.
 - 3.17. Do Penhor, Da Hipoteca e Da Anticrese.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

4. Direito Processual Civil:

- 4.1. Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).
- 4.2. Das normas processuais civis: Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais.
- 4.3. Da competência interna: Da Competência; Disposições Gerais; Da modificação de competência; Da incompetência.
- 4.4. Da função jurisdicional: Da jurisdição e da ação.
- 4.5. Dos sujeitos do processo: Das partes e dos procuradores.
- 4.6. Do juiz e dos auxiliares da justiça: Dos auxiliares da justiça.
- 4.7. Dos atos processuais: Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais.
- 4.8. Da comunicação dos atos processuais.
- 4.9. Das nulidades.
- 4.10. Da distribuição e do registro.
- 4.11. Da tutela provisória: Das disposições gerais.
- 4.12. Da tutela de urgência: Das disposições gerais.
- 4.13. Da tutela da evidência.
- 4.14. Da formação, da suspensão e da extinção do processo.
- 4.15. Do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença: Do procedimento comum; Do cumprimento de sentença.
- 4.16. Do processo de execução: Da execução em geral.
- 4.17. Das diversas espécies de execução.
- 4.18. Dos embargos à execução.
- 4.19. Da suspensão e da extinção do processo de execução.
- 4.20. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais.
- 4.21. Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais.
- 4.22. Dos recursos: conceito, pressupostos, juízo de admissibilidade, efeitos.
- 4.23. Mandado de Segurança.
- 4.24. Ação Popular.
- 4.25. Mandado de Injunção.
- 4.26. Súmulas do STF e do STJ.

5. Direito Penal:

- 5.1. Da aplicação da lei penal.
- 5.2. Do Crime.
- 5.3. Da imputabilidade penal.
- 5.4. Do concurso de pessoas.
- 5.5. Das Penas: Das espécies de pena; Da cominação das penas; Dos efeitos da condenação.
- 5.6. Da Ação penal.
- 5.7. Da extinção da punibilidade.
- 5.8. Dos crimes contra a fé pública: Da falsidade documental.
- 5.9. Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral;
- 5.10. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral;
- 5.11. Dos crimes contra a administração da Justiça.
- 5.12. Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019 e alterações posteriores).
- 5.13. Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021).
- 5.14. Crimes de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 10.028/2000).

6. Direito Processual Penal:

- 6.1. Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas; sujeitos da relação processual.
- 6.2. Do Inquérito policial.
- 6.3. Da ação penal.
- 6.4. Da competência.
- 6.5. Da prova: Do exame de corpo de delito e das perícias em geral.
- 6.6. Do interrogatório do acusado; Das testemunhas; Dos documentos; Da busca e da apreensão.
- 6.7. Do Juiz, do Ministério Público, Do acusado e defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.
- 6.8. Da prisão e da liberdade provisória.
- 6.9. Das citações e intimações.
- 6.10. Da sentença.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- 6.11. Das nulidades.
- 6.12. Dos recursos em geral: disposições gerais; do recurso em sentido estrito; da apelação; do habeas corpus e seu processo.
- 6.13. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001).
- 6.14. Lei 7.210/1984 (Execução Penal).
- 6.15. Súmulas do STJ e do STF.

7. Direito Tributário:

- 7.1. Normas gerais de Direito Tributário.
- 7.2. Fontes do Direito Tributário.
- 7.3. Norma tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração.
- 7.4. Tributo: conceito, natureza jurídica e espécies.
- 7.5. Hipótese de incidência: conceito e aspectos.
- 7.6. Fato gerador.
- 7.7. Obrigações tributárias: conceito e espécies, sujeitos ativo e passivo.
- 7.8. Obrigação principal e acessória.
- 7.9. Crédito tributário: conceito, natureza, lançamento, modalidades e revisão do lançamento, suspensão, extinção e
- 7.10. exclusão do crédito tributário.
- 7.11. Responsabilidade tributária.
- 7.12. O Sistema Tributário Nacional: limitações constitucionais ao poder de tributar, imunidade tributária, competência tributária, tributos federais, estaduais e municipais.
- 7.13. Administração tributária.
- 7.14. Repartição das receitas tributárias.
- 7.15. Garantias e privilégios do crédito tributário.

8. Legislação:

- 8.1. Resolução nº 395/2017 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco) e suas atualizações.
- 8.2. Lei Complementar nº 100/2007 - Capítulo I – artigos de 17º a 47º (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco).
- 8.3. Lei Estadual nº 6.123/1968 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco).
- 8.4. Resolução CNJ nº 185/2013 (Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe).
- 8.5. Lei nº 11.419/2006 (Informatização do Processo Judicial).
- 8.6. Lei nº 14.133/21 (Licitações e Contratos Administrativos).

ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO/ANALISTA DE SISTEMAS:

1. Metodologias de Desenvolvimento e Arquitetura de Software:

- 1.1. Especificação de Requisitos Funcionais e Não funcionais.
- 1.2. Modelagem de Processos de Negócios (BPMN).
- 1.3. Metodologias Ágeis (Scrum e Kanban).
- 1.4. Metodologias de Inovação (Design Thinking, Lean Startup e Open Innovation).

2. Programação, Computação em Nuvem e Microsserviços:

- 2.1. Programação orientada a objetos (Java).
- 2.2. Computação em Nuvem: conceitos, fundamentos e aplicações.
- 2.3. Arquitetura baseada em microsserviços.
- 2.4. DevOps e Integração Contínua: Git, GitLab CI/CD, Jenkins.
- 2.5. API RESTful, JSON, Framework Spring, Spring Cloud, Spring Boot, Spring Eureka, Zuul, Map Struct, Swagger, Service Discovery, API Gateway.
- 2.6. Persistência, JPA 2.0, Hibernate 4.3 ou superior, Hibernate Envers, Biblioteca Flyway.
- 2.7. Mensageria (RabbitMQ, Kafka).
- 2.8. Containers (Docker), orquestração (Kubernetes), Rancher e Git
- 2.9. Continuous Delivery (CD) e Continuous Integration (CI).
- 2.10. Serviços de autenticação: SSO Single Sign-On; Keycloak, Protocolo OAuth2 (RFC 6749).
- 2.11. Webhook e APIs reversas.

3. Banco de Dados:

- 3.1. Modelagem de Dados: modelagem conceitual, lógica e física.
- 3.2. Normalização e integridade referencial.
- 3.3. Linguagens de definição e manipulação de dados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

3.4. PostgreSQL, Oracle DB (PL/SQL), MySQL/MariaDB, H2 Database e MongoDB.

3.5. Integração com Aplicações: Conexão via JDBC/ODBC e ORM (Hibernate, JPA).

4. Ciências de Dados, BI e Analytics:

4.1. Fundamentos e Conceitos da ciência de dados.

4.2. Ética e privacidade no uso de dados públicos.

4.3. Estatística Aplicada (Estatística descritiva e inferencial, Probabilidade e distribuições, Correlação, regressão e testes de hipóteses).

4.4. Ferramentas de BI e Visualização de Dados (Power BI e Metabase).

4.5. Criação de dashboards e relatórios interativos.

4.6. Boas práticas de visualização e storytelling com dados.

4.7. Linguagens e Tecnologias para Análise de Dados: Python (pandas, numpy, matplotlib, seaborn) e SQL para análise e extração de dados.

4.8. Engenharia de Dados: ETL: conceitos e ferramentas, Armazenamento e processamento de grandes volumes de dados (Big Data), Data Lakes e Data Warehouses.

4.9. Governança e Qualidade de Dados (Catálogo de dados, Qualidade, integridade e consistência dos dados).

5. Inteligência Artificial e Automação:

5.1. Fundamentos de IA e IA Generativa.

5.2. Aprendizado de Máquina (Machine Learning): supervisionado, não supervisionado e por reforço, Principais algoritmos: regressão, Redes Neurais, SVM, k-NN e clustering.

5.3. Avaliação de modelos: acurácia, precisão, recall, F1-score.

5.4. Processamento de Linguagem Natural (NLP): Tokenização, stemming, lematização, Modelos de linguagem (TF-IDF, Word2Vec, transformers).

5.5. Engenharia de Prompt e RAG (Retrieval Augmented Generation).

5.6. Ferramentas e Bibliotecas para IA: Python: scikit-learn, TensorFlow, Keras, PyTorch, NLP: spaCy, NLTK, Hugging Face Transformers.

5.7. Modelos e plataformas de IA Gen: Chat-GPT, Claude, Amazon Bedrock, Google Vertex, Gemini, Llama, Ollama e Deepseek.

5.8. Ética e Responsabilidade em IA: Viés algorítmico e transparência, Explicabilidade e Accountability.

5.9. Robotic Process Automation (RPA): capacidades, componentes, aplicações.

6. Segurança da Informação:

6.1. Fundamentos e Normas: Conceitos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, Princípios da segurança da informação (tríade CIA), Normas ISO/IEC 27001/27002 e Política de Segurança da Informação (PSI) no setor público.

6.2. Criptografia: Conceitos de criptografia simétrica e assimétrica, Algoritmos: AES, RSA, SHA-2, HMAC, certificados digitais e infraestrutura de chave pública (ICP-Brasil).

6.3. Fundamentos de Segurança de Redes: Firewalls, IDS/IPS, VPNs e Protocolos seguros (HTTPS, TLS, SSH).

6.4. Segurança em Aplicações: OWASP Top 10 (principais vulnerabilidades em aplicações web), SQL Injection, XSS, CSRF, Broken Authentication e Práticas seguras de desenvolvimento (DevSecOps).

6.5. Fundamentos de Segurança em Nuvem: Modelos de responsabilidade compartilhada (IaaS, PaaS, SaaS) e Gerenciamento de identidades e acessos (IAM).

7. Gestão e Governança de TIC no Setor Público:

7.1. Planejamento estratégico e Plano Diretor de TIC.

7.2. Governança, gestão de riscos e gestão de projetos.

8. Legislação:

8.1. Governo Digital (Lei nº 14.129/2021).

8.2. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

8.3. LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

8.4. Resoluções do CNJ (Resoluções nº 185/2013, nº 335/2020, nº 370/2021, nº 396/2021, nº 455/2022, nº 468/2022 e nº 615/2022 e Portarias nº 162/2021 e nº 252/2020).

8.5. Resolução nº 395/2017 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco) e suas atualizações.

8.6. Lei Complementar nº 100/2007 - Capítulo I – artigos de 17º a 47º (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco).

8.7. Lei Estadual nº 6.123/1968 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco).

8.8. Lei nº 11.419/2006 (Informatização do Processo Judicial).

8.9. Lei nº 14.133/21 (Licitações e Contratos Administrativos).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

OFICIAL DE JUSTIÇA:

1. Direito Administrativo:

- 1.1. Princípios do Direito Administrativo.
- 1.2. Administração Pública: conceito, princípios, finalidade, órgãos e agentes.
- 1.3. Administração Pública direta e indireta.
- 1.4. Poderes Administrativos.
- 1.5. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação, revogação e anulação; Contratos administrativos: conceito, espécies, formalização, alteração, execução.
- 1.6. Inexecução, revisão e rescisão.
- 1.7. Gestão contratual.
- 1.8. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, procedimento, sanções administrativas e penais.
- 1.9. Recursos administrativos.
- 1.10. Sistema de Registro de Preços.
- 1.11. Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação, concessão, permissão e autorização.
- 1.12. Servidores Públicos.
- 1.13. Regime jurídico.
- 1.14. Organização do serviço público.
- 1.15. Direitos, deveres e proibições do servidor público.
- 1.16. Responsabilidade Administrativa, civil e criminal do servidor público.
- 1.17. Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade.
- 1.18. Controle da Administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.
- 1.19. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público.
- 1.20. Direito de regresso.
- 1.21. Limitações do direito de propriedade.
- 1.22. Intervenção do Estado na propriedade.
- 1.23. Desapropriação por necessidade e utilidade pública.
- 1.24. Desapropriação por interesse social.
- 1.25. Desapropriação indireta.
- 1.26. Retrocessão.
- 1.27. Servidão e requisição administrativa.
- 1.28. Processo Administrativo: processo e procedimento, princípios, fases e modalidades.
- 1.29. Lei 8.429/1992 (Improbidade Administrativa).

2. Direito Constitucional:

- 2.1. Dos Princípios Fundamentais.
- 2.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
- 2.3. Da Organização do Estado.
- 2.4. Da Organização dos Poderes.
- 2.5. Das Funções Essenciais à Justiça.
- 2.6. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
- 2.7. Do Sistema Tributário Nacional.
- 2.8. Da Ordem Econômica e Financeira.
- 2.9. Da Ordem Social.
- 2.10. Das Disposições Constitucionais Gerais.
- 2.11. Das Disposições Constitucionais Transitórias.
- 2.12. Da Constituição do Estado de Pernambuco.
- 2.13. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.
- 2.14. Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).
- 2.15. Lei 12.016/2009 (Mandado de Segurança).

3. Direito Civil:

- 3.1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- 3.2. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.
- 3.3. Conflito das leis no tempo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- 3.4. Eficácia das leis no espaço.
- 3.5. Das Pessoas Naturais: Da Personalidade e Da Capacidade.
- 3.6. Dos Direitos da Personalidade.
- 3.7. Das Pessoas Jurídicas.
- 3.8. Domicílio Civil.
- 3.9. Dos Bens.
- 3.10. Dos Fatos Jurídicos: Dos negócios jurídicos; Dos atos jurídicos lícitos, Dos Atos Ilícitos.
- 3.11. Da Prescrição e da Decadência.
- 3.12. Do Direito das Obrigações.
- 3.13. Dos Contratos: Das Disposições Gerais; Da Compra e Venda; Da Prestação de Serviço; Do Mandato; Da Transação.
- 3.14. Da Responsabilidade Civil.
- 3.15. Do Direito das Coisas.
- 3.16. Do Direito de Empresa.
- 3.17. Do Penhor, Da Hipoteca e Da Anticrese.

4. Direito Processual Civil:

- 4.1. Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).
- 4.2. Das normas processuais civis: Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais.
- 4.3. Da competência interna: Da Competência; Disposições Gerais; Da modificação de competência; Da incompetência.
- 4.4. Da função jurisdicional: Da jurisdição e da ação.
- 4.5. Dos sujeitos do processo: Das partes e dos procuradores.
- 4.6. Do juiz e dos auxiliares da justiça: Dos auxiliares da justiça.
- 4.7. Dos atos processuais: Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais.
- 4.8. Da comunicação dos atos processuais.
- 4.9. Das nulidades.
- 4.10. Da distribuição e do registro.
- 4.11. Da tutela provisória: Das disposições gerais.
- 4.12. Da tutela de urgência: Das disposições gerais.
- 4.13. Da tutela da evidência.
- 4.14. Da formação, da suspensão e da extinção do processo.
- 4.15. Do processo de conhecimento e do cumprimento de sentença: Do procedimento comum; Do cumprimento de sentença.
- 4.16. Do processo de execução: Da execução em geral.
- 4.17. Das diversas espécies de execução.
- 4.18. Dos embargos à execução.
- 4.19. Da suspensão e da extinção do processo de execução.
- 4.20. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais.
- 4.21. Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais.
- 4.22. Dos recursos: conceito, pressupostos, juízo de admissibilidade, efeitos.
- 4.23. Mandado de Segurança.
- 4.24. Ação Popular.
- 4.25. Mandado de Injunção.
- 4.26. Súmulas do STF e do STJ.

5. Direito Penal:

- 5.1. Da aplicação da lei penal.
- 5.2. Do Crime.
- 5.3. Da imputabilidade penal.
- 5.4. Do concurso de pessoas.
- 5.5. Das Penas: Das espécies de pena; Da cominação das penas; Dos efeitos da condenação.
- 5.6. Da Ação penal.
- 5.7. Da extinção da punibilidade.
- 5.8. Dos crimes contra a fé pública: Da falsidade documental.
- 5.9. Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- 5.10. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral.
- 5.11. Dos crimes contra a administração da Justiça.
- 5.12. Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019 e alterações posteriores).
- 5.13. Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 14.133/2021).
- 5.14. Crimes de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 10.028/2000).

6. Direito Processual Penal:

- 6.1. Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas; sujeitos da relação processual.
- 6.2. Do Inquérito policial.
- 6.3. Da ação penal.
- 6.4. Da competência.
- 6.5. Da prova: Do exame de corpo de delito e das perícias em geral.
- 6.6. Do interrogatório do acusado; Das testemunhas; Dos documentos; Da busca e da apreensão.
- 6.7. Do Juiz, do Ministério Público, Do acusado e defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça.
- 6.8. Da prisão e da liberdade provisória.
- 6.9. Das citações e intimações.
- 6.10. Da sentença.
- 6.11. Das nulidades.
- 6.12. Dos recursos em geral: disposições gerais; do recurso em sentido estrito; da apelação; do habeas corpus e seu processo.
- 6.13. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001).
- 6.14. Lei 7.210/1984 (Execução Penal).
- 6.15. Súmulas do STJ e do STF.

7. Legislação:

- 7.1. Resolução nº 395/2017 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco) e suas atualizações.
- 7.2. Lei Complementar nº 100/2007 - Capítulo I – artigos de 17º a 47º (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco).
- 7.3. Lei Estadual nº 6.123/1968 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco).
- 7.4. Resolução CNJ nº 185/2013 (Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe).
- 7.5. Lei nº 11.419/2006 (Informatização do Processo Judicial).
- 7.6. Lei nº 14.133/21 (Licitações e Contratos Administrativos).

TÉCNICO JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA:

1. Noções de Direito Administrativo:

- 1.1. Princípios do Direito Administrativo.
- 1.2. Administração Pública: conceito, princípios, finalidade, órgãos e agentes.
- 1.3. Administração Pública direta e indireta.
- 1.4. Poderes Administrativos.
- 1.5. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação, revogação e anulação; Contratos administrativos: conceito, espécies, formalização, alteração, execução.
- 1.6. Inexecução, revisão e rescisão.
- 1.7. Gestão contratual.
- 1.8. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, procedimento, sanções administrativas e penais.
- 1.9. Recursos administrativos.
- 1.10. Sistema de Registro de Preços.
- 1.11. Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação, concessão, permissão e autorização.
- 1.12. Servidores Públicos.
- 1.13. Regime jurídico.
- 1.14. Organização do serviço público.
- 1.15. Direitos, deveres e proibições do servidor público.
- 1.16. Responsabilidade Administrativa, civil e criminal do servidor público.
- 1.17. Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

1.18. Controle da Administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.

1.19. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público.

1.20. Direito de regresso.

1.21. Limitações do direito de propriedade.

1.22. Intervenção do Estado na propriedade.

1.23. Desapropriação por necessidade e utilidade pública.

1.24. Desapropriação por interesse social.

1.25. Desapropriação indireta.

1.26. Retrocessão.

1.27. Servidão e requisição administrativa.

1.28. Processo Administrativo: processo e procedimento, princípios, fases e modalidades.

1.29. Lei 8.429/1992 (Improbidade Administrativa).

2. Noções de Direito Constitucional:

2.1. Dos Princípios Fundamentais.

2.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

2.3. Da Organização do Estado.

2.4. Da Organização dos Poderes.

2.5. Das Funções Essenciais à Justiça.

2.6. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

2.7. Do Sistema Tributário Nacional.

2.8. Da Ordem Econômica e Financeira.

2.9. Da Ordem Social.

2.10. Das Disposições Constitucionais Gerais.

2.11. Das Disposições Constitucionais Transitórias.

2.12. Da Constituição do Estado de Pernambuco.

2.13. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.

2.14. Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).

2.15. Lei 12.016/2009 (Mandado de Segurança).

3. Noções de Direito Civil:

3.1. Fontes do direito civil, princípios aplicáveis e normas gerais.

3.2. Pessoas naturais e pessoas jurídicas.

3.3. Domicílio.

3.4. Bens.

3.5. Atos jurídicos.

3.6. Negócio jurídico.

3.7. Prescrição e decadência.

3.8. Prova.

3.9. Obrigações.

3.10. Responsabilidade Civil.

4. Noções de Direito Processual Civil:

4.1. Jurisdição e ação.

4.2. Partes e procuradores.

4.3. Litisconsórcio e assistência.

4.4. Intervenção de terceiros.

4.5. Ministério Público.

4.6. Competência.

4.7. O juiz.

4.8. Atos processuais.

4.9. Formação, suspensão e extinção do processo.

4.10. Procedimentos ordinário e sumário.

4.11. Resposta do réu.

4.12. Revelia.

4.13. Julgamento conforme o estado do processo.

4.14. Provas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- 4.15. Audiência.
- 4.16. Sentença e coisa julgada.
- 4.17. Liquidação e cumprimento da sentença.
- 4.18. Recursos.
- 4.19. Processo de execução.
- 4.20. Processo cautelar e medidas cautelares.
- 4.21. Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa.

5. Noções de Direito Penal:

- 5.1. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal.
- 5.2. Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade.
- 5.3. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade.
- 5.4. Erro de tipo; erro de proibição.
- 5.5. Imputabilidade penal.
- 5.6. Concurso de pessoas.
- 5.7. Crimes contra a fé pública.
- 5.8. Crimes contra a Administração Pública.
- 5.8. Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.
- 5.10. Crimes contra o patrimônio.
- 5.11. Crimes contra a pessoa: dos crimes contra a vida; das lesões corporais; da periclitación da vida e da saúde.
- 5.12. Atos de improbidade praticados por agentes públicos e sanções aplicáveis.

6. Noções de Direito Processual Penal:

- 6.1. Ação Penal: Ação Penal Pública e Privada.
- 6.2. A Denúncia.
- 6.3. A Representação, a Queixa, a Renúncia, o Perdão.
- 6.4. Sujeitos do processo: Juiz, Acusador, Ofendido, Defensor, Assistente, Curador do réu menor, Auxiliar da Justiça.
- 6.5. Atos Processuais: Forma, Lugar, Tempo (prazo, contagem), Comunicações Processuais (citação, notificação, intimação).
- 6.6. Prisão: temporária, em flagrante, preventiva, decorrente de sentença condenatória.
- 6.7. Liberdade Provisória e Fiança.
- 6.8. Atos Jurisdicionais: despachos, decisões interlocutórias e sentença (conceito, publicação, intimação, efeitos).
- 6.9. Dos Recursos em geral: Disposições Gerais, da Apelação, do Recurso em Sentido Estrito.
- 6.10. Do Habeas Corpus.
- 6.11. Do Mandado de Segurança.

7. Legislação:

- 7.1. Resolução nº 395/2017 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco) e suas atualizações.
- 7.2. Lei Complementar nº 100/2007 - Capítulo I – artigos de 17º a 47º (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco).
- 7.3. Lei Estadual nº 6.123/1968 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco).
- 7.4. Resolução CNJ nº 185/2013 (Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe).
- 7.5. Lei nº 11.419/2006 (Informatização do Processo Judicial).
- 7.6. Lei nº 14.133/21 (Licitações e Contratos Administrativos).

TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO/PROGRAMADOR DE COMPUTADOR:

1. Desenvolvimento de Software:

- 1.1. Metodologias Ágeis (Scrum e Kanban).
- 1.2. Programação orientada a objetos (Java).
- 1.3. Computação em Nuvem: conceitos, fundamentos e aplicações.
- 1.4. Arquitetura baseada em microsserviços.
- 1.5. DevOps e Integração Contínua: Git, GitLab CI/CD, Jenkins.
- 1.6. API RESTful, JSON, Framework Spring, Spring Cloud, Spring Boot, Spring Eureka, Zuul, Map Struct, Swagger, Service Discovery, API Gateway.
- 1.7. Persistência, JPA 2.0, Hibernate 4.3 ou superior, Hibernate Envers, Biblioteca Flyway.
- 1.8. Mensageria (RabbitMQ, Kafka).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

1.9. Containers (Docker), orquestração (Kubernetes), Rancher e Git, Continuous Delivery (CD), Continuous Integration (CI).

1.10. Serviços de autenticação: SSO Single Sign-On; Keycloak, Protocolo OAuth2 (RFC 6749).

1.11. Webhook e APIs reversas.

2. Banco de Dados:

2.1. Modelagem de Dados: modelagem conceitual, lógica e física.

2.2. Normalização e integridade referencial.

2.3. Linguagens de definição e manipulação de dados.

2.4. PostgreSQL, Oracle DB (PL/SQL), MySQL/MariaDB, H2 Database e MongoDB.

3. Ciências de Dados, BI e Analytics:

3.1. Fundamentos e Conceitos da ciência de dados.

3.2. Ética e privacidade no uso de dados públicos.

3.3. Ferramentas de BI e Visualização de Dados (Power BI e Metabase).

3.4. Criação de dashboards e relatórios interativos.

3.5. Boas práticas de visualização e storytelling com dados.

3.6. Linguagens e Tecnologias para Análise de Dados: Python (pandas, numpy, matplotlib, seaborn) e SQL para análise e extração de dados.

3.7. Engenharia de Dados: ETL: conceitos e ferramentas, Armazenamento e processamento de grandes volumes de dados (Big Data), Data Lakes e Data Warehouses.

4. Inteligência Artificial e Automação:

4.1. Fundamentos de IA e IA Generativa.

4.2. Engenharia de Prompt e RAG (Retrieval Augmented Generation).

4.3. Ferramentas e Bibliotecas para IA: Python: scikit-learn, TensorFlow, Keras, PyTorch, NLP: spaCy, NLTK, Hugging Face Transformers

4.4. Modelos e plataformas de IA Gen: Chat-GPT, Claude, Amazon Bedrock, Google Vertex, Gemini, Llama, Ollama e Deepseek.

4.5. Ética e Responsabilidade em IA: Viés algorítmico e transparência, Explicabilidade e Accountability.

4.6. Robotic Process Automation (RPA): capacidades, componentes, aplicações.

5. Segurança da Informação:

5.1. Fundamentos e Normas: Conceitos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, Princípios da segurança da informação (tríade CIA), Normas ISO/IEC 27001/27002 e Política de Segurança da Informação (PSI) no setor público.

5.2. Criptografia: Conceitos de criptografia simétrica e assimétrica, Algoritmos: AES, RSA, SHA-2, HMAC, certificados digitais e infraestrutura de chave pública (ICP-Brasil).

5.3. Segurança em Aplicações: OWASP Top 10 (principais vulnerabilidades em aplicações web), SQL Injection, XSS, CSRF, Broken Authentication e Práticas seguras de desenvolvimento (DevSecOps).

6. Legislação:

6.1. Governo Digital (Lei nº 14.129/2021).

6.2. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

6.3. LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

6.4. Resoluções do CNJ (Resoluções nº 185/2013, nº 335/2020, nº 370/2021, nº 396/2021, nº 455/2022, nº 468/2022 e nº 615/2022 e Portarias nº 162/2021 e nº 252/2020).

6.5. Resolução nº 395/2017 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco) e suas atualizações.

6.6. Lei Complementar nº 100/2007 - Capítulo I – artigos de 17º a 47º (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco).

6.7. Lei Estadual nº 6.123/1968 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco).

6.8. Lei nº 11.419/2006 (Informatização do Processo Judicial).

6.9. Lei nº 14.133/21 (Licitações e Contratos Administrativos).